

ADAPTAÇÃO CURRICULAR BASEADA NA IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES ACADÊMICAS DOS ESTUDANTES DA APAE

PEDRO LUCAS OLIVEIRA SANTOS¹; ÍTALO DA SILVA FREITAS²; LILIANNE DE OLIVEIRA CALAZANS³; FRANCINEIDE SILVA LIMA DE OLIVEIRA⁴; GLEICE DE OLIVEIRA CORDEIRO⁵

¹Universidade Estadual de Feira de Santana – ped.oliversantos@gmail.com;

²Universidade Estadual de Feira de Santana – italo3d.freitas@gmail.com;

³Universidade Estadual de Feira de Santana - liliannepsico@gmail.com;

⁴Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Riachão do Jacuípe - franceriachao@gmail.com;

⁵Universidade Estadual de Feira de Santana – gocordeiro@uefs.br

1.INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentaremos as atividades realizadas durante o projeto de Extensão: “Saberes da Inclusão: Formação de Professores da APAE* de Riachão do Jacuípe” (CONSEPE 05/2020) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O objetivo do projeto é oferecer condições para que as professoras da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Riachão do Jacuípe - BA possam compreender as necessidades pedagógicas de seus estudantes, planejar adequadamente o ensino de habilidades básicas, e monitorar a efetividade do ensino.

O projeto fundamenta-se na literatura que indica a existência de falhas no processo formativo dos professores para atuar na educação inclusiva. Os cursos a nível de graduação e pós-graduação são de natureza eminentemente verbal, então os professores aprendem conceitos sobre inclusão, mas apresentam dificuldades na implementação de estratégias de ensino de habilidades para que os estudantes vivam com autonomia na sociedade (Pereira, Marinotti e Luna, 2004). Logo, estamos diante de um imbróglio, aumenta-se o número de matrículas escolares de pessoas com deficiência (Brasil, 2015), no entanto há também números crescentes de pessoas com deficiência em “situação de fracasso social e acadêmico” (Gioia; Fonai, 2007,p.183). Uma das razões que mantém esse cenário é a falta de adaptação do currículo universitário dos professores para contribuir com a inclusão (Pereira, Marinotti e Luna, 2004).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) expressa que é de responsabilidade do Estado promover pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva para o público com desenvolvimento atípico. considerando que parte considerável das pesquisas e atividades extensionistas inovadoras concentram-se nas universidades públicas, cabe também a UEFS avocar a responsabilidade de oferecer suporte especializado aos docentes imbuídos pela inclusão de pessoas com deficiência; atenuando as lacunas das formação.

Nessa perspectiva, procuramos por meio do projeto ensinar conceitos e modalidades interventivas baseadas na Análise do Comportamento, propiciando a avaliação das necessidades acadêmicas de cada estudante com deficiência, suas potencialidades e fragilidades, e promover oficinas para desenvolver materiais que facilitarão a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino.

2.MÉTODO

Este projeto se desenvolveu na APAE de Riachão do Jacuípe, uma cidade do interior da Bahia. As ações foram planejadas para dar suporte às quatro professoras, a diretora da instituição e em algumas formações participou a presidente, quando algumas orientações demandaram mudanças estruturais na organização. Esta APAE assiste cerca de quarenta estudantes, os quais são adolescentes e adultos na faixa etária entre 13 e 20 anos. Parte dos alunos reside na sede de Riachão do Jacuípe, outra parte nas comunidades rurais subjacentes. As deficiências incluem Síndrome de Down, Autismo, Deficiência Intelectual e Paralisia Cerebral.

Em função das medidas para isolamento social, o projeto foi adaptado para encontros de orientação que ocorreram virtualmente pelo Google Meet, os quais foram realizados com a presença da orientadora do projeto, três estudantes de psicologia e as professoras da APAE. Este projeto está em andamento, e foi iniciado em fevereiro de 2020.

Antes de iniciar a formação, sondamos o nível de conhecimento das professoras sobre inclusão e como a instituição desenvolvia o trabalho com os estudantes matriculados. Quanto aos encontros ocorreram semanalmente, com duração média de 3 horas e consistiam em ensinar às professoras como avaliar os estudantes, apresentar o perfil de um currículo funcional e estratégias de monitoramento dos efeitos do ensino. Cada professora ficou sob a tutoria de um dos integrantes do grupo de extensão, em que houve o auxílio para o acompanhamento e construção dos planos individualizados dos estudantes, bem como nas atividades da rotina escolar remota.

Nos encontros, inicialmente escutamos como as professoras se sentiam, as dificuldades na atuação e apresentamos a temática programada sanando dúvidas. Ademais, havia o monitoramento da implementação do que era ensinado nos encontros anteriores. Até então, trabalhamos a organização do ensino, o acompanhamento pedagógico durante a pandemia, o uso do Projeto Político Pedagógico (PPP) no cotidiano escolar, princípios do currículo funcional, e implementação do Plano de Ensino Individualizado (PEI). Além disso, auxiliamos a instituição em assuntos transversais como a gestão das redes sociais, e a construção de projetos para submissão em editais e dos eventos institucionais.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta era oferecer um suporte prático à rotina da escola, mesmo com a adaptação na pandemia. Então, elaboramos um instrumento para acompanhar os alunos na modalidade de ensino remoto, o qual denominamos “Ficha de Monitoramento”, nos permitindo identificar a ocorrência de comportamentos desafiadores em casa (birras, autolesão, agressão contra familiares etc), as possibilidades de realização das atividades enviadas pela instituição, a qualidade da execução das tarefas e as necessidades afetivas de cada estudante.

Além disso, investimos na construção e utilização do PEI o qual consiste num documento que contém uma descrição completa a respeito dos alunos, sua vida institucional, e seus repertórios comportamentais, para construção de metas educacionais e cronogramas de atividades semanais compatíveis com as necessidades individuais. Desenvolvemos também outro instrumento, em aprimoramento, para facilitar o preenchimento do PEI, composto pela descrição dos comportamentos a fim de um maior direcionamento e especificidade às professoras.



Atualmente conseguimos preencher um total de seis PEI(s) e as professoras relatam que, embora seja engenhoso na construção, o documento permite adaptar melhor as atividades aos estudante e reduzir a sobrecarga de responsabilidade dos pais, além de agilizar e facilitar o planejamento pedagógico. E mesmo para os estudantes que não têm o PEI, as professoras estão mais atentas ao perfil da atividade elaborada. Somado a isso, relataram a importância da compreensão do funcionamento do currículo funcional, pois ele complementa o PEI permitindo compreender as áreas subjacente ao contexto vivido pelo aluno, como a área doméstica e ocupacional, considerando-o em sua integridade como uma pessoa capaz de aprender e atuar de forma participativa em vida social.

Nesse íterim, identificamos a necessidade de reconstrução do Projeto Político Pedagógico da APAE de Riachão do Jacuípe, a qual mobilizou debates sobre educação inclusiva na rede municipal de educação, e em que foi pactuado a solicitação de apoio do município para implementação de um currículo para pessoas com deficiência. Além disso, outras ações têm sido pensadas como um projeto de apoio aos pais, composto por reuniões semanais com estes.

Consta-se que o projeto tem conseguido oferecer um suporte à instituição e contribuído para integrar a APAE à rede regular de ensino, promovendo diálogos com a rede municipal. Os momentos de escuta das professoras e presidente têm demonstrado um espaço potente de construção de vínculo e mudanças ideológicas e estruturais para favorecer a inclusão.

4.CONCLUSÕES

Verificamos que as professoras vêm dominando os métodos de identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes e estão compreendendo as estratégias para a organização do ensino que são condizentes com essas necessidades educacionais e na medida do possível conseguindo se adaptar ao período de ensino remoto, cumprindo com os objetivos específicos do projeto. Por fim, salientamos que nossas ações estão indo além do “muros” da APAE, integrando-a à rede regular de ensino.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA, M. E. M.; MARINOTTI, M. e LUNA, S. V. “O compromisso do professor com a aprendizagem do aluno: contribuições da análise do comportamento”.In: HÜBNER, M. M. C. e MARINOTTI, M. (orgs.). **Análise do Comportamento para a Educação** – Contribuições recentes. Santo André, ESEtec. Editores Associados, 2004, p.11-32.

GIOIA, P S; FONAI, A.C.V. A preparação do professor em análise do comportamento. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v.25, 2º sem. de, p. 179-190, 2007.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei 13.146**, de julho de 2015. Recuperado em 2 de abril de 2016: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 09 jul. 2021.

BRASIL (2015). Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192. Acesso em: 27 jul. 2021.



Smith, C., Katsiyannis, A., & Ryan, J. Challenges of serving students with emotional and behavioral disorders: Legal and policy considerations. **Behavioral Disorders**, v.36, p. 185–194, 2011.